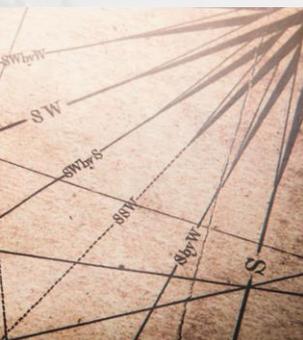


QUESTÃO REGIONAL, PANDEMIA E “A MESMA MORTE SEVERINA”: AUSTERIDADE NEOLIBERAL E AGRAVAMENTO DAS DESIGUALDADES NO RIO GRANDE DO NORTE

*Regional issue, the pandemic and “the same death severina”: neoliberal
austerity and aggravation upon inequalities in Rio Grande do Norte*

*Cuestión regional, pandemia y “la misma muerte Severina”: austeridad
neoliberal y agravamiento de las desigualdades en Rio Grande do Norte*



Maria Augusta Bezerra da ROCHA – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-1133-2353>
URL: <http://lattes.cnpq.br/6734006541731788>
EMAIL: augusta.b.rocha@gmail.com

Roberto Marinho Alves da SILVA – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-0532-9377>
URL: <http://lattes.cnpq.br/2334019578757276>
EMAIL: rmas2007@gmail.com

RESUMO

Além de expressar uma grave crise sanitária, ceifando mais de 670 mil vidas no Brasil até dezembro de 2022, a Pandemia da Covid-19 agravou as desigualdades sociais. No entanto, no contexto pré-pandêmico a crise socioeconômica e a instabilidade institucional já se aprofundava no país, restringindo a capacidade de intervenção estatal diante da adoção de medidas de austeridade fiscal neoliberal. O estudo avança na análise das particularidades dos impactos sanitários e socioeconômicos da Pandemia da Covid-19 na Região Nordeste do Brasil, tendo em vista que o processo histórico desigual e combinado de expansão capitalista no país, produziu profundas desigualdades regionais. Dessa forma, considera-se fundamental verificar o comportamento de indicadores sociais no período pandêmico na Região Nordeste do Brasil, destacando também casos singulares dos estados nordestinos. Por isso, o presente estudo analisa as implicações do ajuste fiscal para o agravamento das condições de pobreza e desigualdade social no estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, foram realizados estudos bibliográficos e documentais acompanhados de coleta e análise de dados socioeconômicos obtidos em fontes secundárias. A análise das informações demonstra que houve piora nos indicadores sociais da Região, tendo sido mais acentuada ainda no Rio Grande do Norte, refletindo déficits históricos acumulados. Esse agravamento não decorre somente da pandemia mas das opções e decisões de governos no período pré-pandêmico, vislumbrando interesses do capital financeiro, deixando a população sem a proteção rápida e adequada na emergência sanitária, inclusive em relação à letargia e insuficiência nos investimentos sociais para garantia de renda e dignidade.

Palavras-chave: Ajuste fiscal; Pandemia; Desigualdade; Questão Regional; Nordeste.

Histórico do artigo

Recebido: 13 abril, 2023
Aceito: 16 junho, 2023
Publicado 27 julho, 2023

ABSTRACT

Besides provoking an unprecedented health crisis, claiming more than 670,000 lives in Brazil by December 2022, the COVID-19 pandemic exacerbated social inequalities. However, in the pre-pandemic context, the socioeconomic crisis and institutional instability were already deepening in the country, restricting the state's ability to intervene in the face of the adoption of structural neoliberal fiscal austerity measures. The study advances in the analysis of the particularities of the health and socioeconomic impacts of the Covid-19 Pandemic in the Northeast Region of Brazil, considering that the unequal and combined historical process of capitalist expansion in the country, produced deep regional inequalities. In this way, it is considered fundamental to verify the behavior of social indicators in the pandemic period in the Northeast Region of Brazil, also highlighting unique cases in the Northeastern states. Therefore, this study analyzes the implications of the fiscal adjustment for the worsening of poverty and social inequality in the state of Rio Grande do Norte. To this end, bibliographic and documental studies were carried out alongside the collection and analysis of socioeconomic data obtained from secondary sources. The analysis of the information shows that there was an aggravation in the social indicators of the region, and even more accentuated in the State Plan of Rio Grande do Norte, which reflected accumulated historical deficits due to regional inequalities. This degradation of life and work conditions is not only due to the unexpected pandemic, but also the options and decisions of governments in the pre-pandemic period, glimpsing the interests of financial capital, and leaving the population without the quick and appropriate protection in the health emergency. Especially concerning lethargy and insufficient social investment to guarantee income, dignity, and hope for Brazilians, people from the Northeastern region, and people from Rio Grande do Norte.

Keywords: Fiscal adjustment; The Pandemic; Inequality; Regional Issue; Northeast.

RESUMEN

Además de expresar una crisis sanitaria sin precedentes, cosechando más de 670,000 vidas en Brasil hasta diciembre de 2022, la pandemia Covid-19 ha agravado las desigualdades sociales. Sin embargo, en el contexto anterior a la pandemia, la crisis socioeconómica y la inestabilidad institucional ya estaban profundizando en el país, restringiendo la capacidad de intervención estatal frente a la adopción de medidas estructurales de austeridad fiscal neoliberal. El estudio avanza en el análisis de las particularidades de los impactos sanitarios y socioeconómicos de la Pandemia de la Covid-19 en la Región Nordeste de Brasil, considerando que el desigual y combinado proceso histórico de expansión capitalista en el país, produjo profundas desigualdades regionales. De esta forma, se considera fundamental verificar el comportamiento de los indicadores sociales durante el período de la pandemia en la Región Nordeste de Brasil, destacando también casos únicos en los estados del Nordeste. Por lo tanto, este estudio analiza las implicaciones del ajuste fiscal para el empeoramiento de la pobreza y la desigualdad social en el estado de Rio Grande do Norte. Para ello, se realizaron estudios bibliográficos y documentales, acompañados de la recopilación y el análisis de datos socioeconómicos obtenidos de fuentes secundarias. El análisis de la información muestra que hubo un empeoramiento de los indicadores sociales en la Región, que fue aún más acentuado a nivel estatal en Rio Grande do Norte, reflejando déficits históricos acumulados debido a las desigualdades regionales. Esta degradación de las condiciones de vida y de trabajo no se debe solamente a la insólita pandemia, sino a las opciones y decisiones de los gobiernos en el período pre-pandémico, mirando los intereses del capital financiero, dejando a la población sin la protección rápida y adecuada en la emergencia sanitaria, incluso en lo que se refiere al letargo e insuficiencia en las inversiones sociales para garantizar renta, dignidad y esperanza para el pueblo brasileño, del Noreste y Rio Grande do Norte.

Palabras clave: Ajuste fiscal; Pandemia; Desigualdad; Cuestión regional; Noreste.

1 INTRODUÇÃO

No final de 2019 ocorreram na China os primeiros casos de Covid-19, uma doença causada por um tipo de vírus da família corona vírus denominado Sars-Cov-2, que em pouco tempo tomaria proporções pandêmicas. Tal doença está situada em um conjunto de transformações ecológicas, estimuladas pela expansão capitalista na qual ocorre, como cita Chesnais (2020), o aumento do consumo de combustíveis fósseis para energia, a destruição de florestas, a conversão de habitats naturais em áreas de produção agrícola ou pecuária, que figuram entre as principais fontes de emissão de gases de efeito estufa, facilitam o surgimento de novas doenças com potencial pandêmico.

Dessa forma, a pandemia possui ligação com fatores políticos e econômicos imersos nas relações sociais de produção capitalista, da mesma forma que o seu modo de atingir os países, também expressa as desigualdades geopolíticas, visto que os países periféricos enfrentam maiores desafios sanitários e socioeconômicos. Muito embora seja nos Estados Unidos da América que se verifique o maior número de casos registrados de infecção e de mortes, as consequências da Pandemia são maiores nos países periféricos do capitalismo cuja população se encontra em condições mais vulneráveis, não dispõem de sistemas públicos de saúde estruturados para essas ocorrências emergenciais, além de cenários com altas taxas de subnotificações (VEIGA E SILVA, 2021).

No caso do Brasil, a Pandemia ocorre em um contexto de aprofundamento das medidas neoliberais de austeridade fiscal e de contrarreformas nas políticas sociais. De fato, desde 2015, está em marcha um plano de ajuste fiscal que buscava conter a expansão da crise econômica e o aprofundamento da crise política no país, impactando na redução dos investimentos públicos em políticas sociais e das capacidades do Estado de reverter o quadro de retração econômica. Com o golpe jurídico, midiático e parlamentar sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a ascensão de um novo bloco no poder, capitaneado por Michel Temer, o ajuste fiscal tornou-se estrutural.

A Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 2016, sinaliza esse ajuste estrutural ao instituir um Novo Regime Fiscal (NRF), limitando por 20 anos os gastos correntes do governo, impactando notadamente as políticas sociais. Esse processo de congelamento das despesas primárias afetou o financiamento das políticas sociais como saúde, educação e assistência social, dentre várias outras, como aponta Evilásio Salvador (2020) ao estudar o financiamento das políticas sociais pós 2016 destacando que: "A EC 95 sepulta a

vinculação dos recursos obrigatórios, no âmbito da União, para educação e saúde a partir de 2018. O orçamento federal da educação, em 2019, ficou, pela primeira vez desde 2016, abaixo de R\$ 100 bilhões pagos” (SALVADOR, 2020, p.5).

Esse quadro tem sido continuado e agravado em 2019, quando emergiu um governo neoliberal de extrema direita que acirrou essas medidas fiscais. No cenário caótico proporcionado pelo início da emergência pandêmica, o poder executivo federal adotou posturas negacionistas da gravidade da crise sanitária, boicotando medidas de isolamento social e de proteção da população que haviam sido sugeridas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) - buscando preservar, a custo de vidas humanas, o funcionamento “normal” das atividades econômicas. Dessa forma, o Governo Federal tentou dar seguimento às medidas de ajuste fiscal, afetando principalmente os trabalhadores mais pobres que em virtude da pandemia viram a renda cair e o desemprego subir ainda mais, conforme dados divulgados pelo IBGE em 2020 durante a pandemia como o da taxa de desocupação que atingiu 14,3%, na quarta semana de agosto com aumento de 1,1 ponto percentual da semana anterior, alcançando o maior patamar da série histórica da PNAD Covid-19, iniciada em maio (IBGE, 2020).

É considerando o contexto da crise socioeconômica pré-pandêmica e seu agravamento na pandemia que se busca compreender os impactos das medidas do ajuste fiscal neoliberal, ou seja, as implicações da adoção de medidas estruturais de austeridade nos investimentos públicos que limitaram a capacidade do Estado brasileiro de atuar de forma incisiva para salvar vidas e garantir as condições dignas de sobrevivência da parcela mais vulnerável da população na crise pandêmica.

O estudo avança na análise das particularidades dos impactos sanitários e socioeconômicos da Pandemia da Covid-19 na Região Nordeste do Brasil, tendo em vista que o processo histórico desigual e combinado de expansão capitalista no país, produziu profundas desigualdades regionais. Dessa forma, considera-se fundamental verificar o comportamento de alguns indicadores sociais no período pandêmico na Região Nordeste do Brasil, destacando também casos singulares dos estados nordestinos. Por isso, o presente estudo busca também analisar as implicações do ajuste fiscal para o agravamento das condições de pobreza e desigualdade social no estado do Rio Grande do Norte (RN).

O ponto de partida do presente estudo não poderia deixar de ser, portanto, a realidade concreta, como aponta Marx e Engels (2007, p. 94): “parte-se dos homens realmente ativos, do seu processo da vida real”. Assim, para se debruçar sobre a realidade, toma por base o materialismo histórico dialético, enquanto método de análise do real em

que “se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações” (NETTO, 2011, p. 53).

O caminho metodológico da pesquisa abarca um conjunto de técnicas e procedimentos que possibilitam compreender a problemática, podendo ser caracterizada enquanto pesquisa exploratória para “proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27). Ademais, possui abordagem conhecida como enfoque misto, pois compreende que a realidade se manifesta e se forma a partir de elementos quantitativos e qualitativos, objetivos e subjetivos que estão intrinsecamente relacionados (PRATES, 2012, p.117).

A partir desse enfoque misto, a coleta de informações em fontes secundárias realizou-se a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua Trimestral) disponível no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA/IBGE), permitindo recolher dados estatísticos sobre a taxa de desocupação no Brasil, no Nordeste e no RN –, no período de 2014 a 2021. A análise das condições de insegurança alimentar (IA) foi realizada a partir dos dados divulgados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), que congrega pesquisadoras/es, estudantes e profissionais de todo o país, tendo organizado dois inquéritos no Brasil durante o período pandêmico (PENSSAN 2021; 2022). Já os dados referentes à quantidade de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no RN, inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, foram obtidos na Plataforma Vis DATA 3, da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Por fim, com vistas a desvelar as limitações do ajuste fiscal para a atuação do Estado, tem-se por base os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos - INESC, que tem realizado estudos sistemáticos sobre o planejamento e a execução orçamentária nos três anos de Governo Bolsonaro, de 2019 a 2021, ofertando subsídios a organizações da sociedade civil e movimentos sociais para análise e discussão de políticas públicas na área de direitos humanos.

Em síntese, o percurso metodológico foi organizado em etapas de debruçamento teórico, com estudos bibliográficos nas categorias centrais para a análise, delimitação de indicadores socioeconômicos em fontes secundárias e levantamento de informações documentais sobre o orçamento público e as limitações impostas pelo ajuste fiscal. Essas etapas, no entanto, não são estanques, visto que o método que orienta o presente estudo destaca-se, por uma investigação que considera a realidade na sua totalidade.

2 CRISE DO CAPITAL, AJUSTE FISCAL E PANDEMIA NO BRASIL

Em busca do entendimento das múltiplas dimensões da realidade pandêmica no Brasil e das particularidades no Nordeste e RN –, é necessário compreender as suas determinações sociais, ou seja, de como são determinadas em um movimento de maior complexidade que as contém e a determinam.

Dessa forma, quando se busca analisar a pobreza e a desigualdade social, é necessário considerar que se trata de um fenômeno sócio histórico expresso no cotidiano nas múltiplas formas de carência da vida de milhares de pessoas, mas que possui explicação no âmago das relações sociais capitalistas. Como indica Siqueira (2013) em uma perspectiva crítica salientando como a pobreza é estrutural e resultado do próprio modo de desenvolvimento e de organização social da produção capitalista. Assim que quanto maior a riqueza “socialmente produzida, maior a acumulação dela por alguns poucos (que dela se apropriam mediante a exploração de mais-valia) e maior a pauperização da maioria (que a produzem, mas pouco lhes resta em relação à riqueza por eles produzida)” (SIQUEIRA, 2011, p. 213).

Por isso, nesta seção do artigo, será realizada uma breve discussão sobre as macro determinações do agravamento da pobreza e da desigualdade social, considerando o contexto de crise estrutural do capital e de aprofundamento das medidas de ajuste fiscal neoliberal, seguido de um item que se debruça sobre a realidade nacional e suas particularidades regionais e no estado do RN.

3.1 Crise estrutural do capital e o ajuste fiscal neoliberal

Na contemporaneidade, o mundo enfrenta uma crise estrutural do capital sem precedentes (MÉSZÁROS, 2002). Mas essa crise não atinge a todas as classes sociais com a mesma intensidade: no início de 2021, em plena Pandemia, a Revista Forbes (2021) anunciou que mais 10 brasileiros passaram a integrar a pequena lista do grupo de bilionários no mundo, enquanto que 55,2% dos domicílios brasileiros encontrava-se em situação de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave), conforme apontava o estudo da Rede Penssan (2021).

O agravamento da pobreza e da fome, enquanto cresce a riqueza da classe detentora do capital, evidencia o modo de funcionamento do capitalismo no qual, até mesmo em um cenário de profunda crise sanitária e humanitária como o que vivemos, “ocorre a negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de

famintos: o lado esquecido e que sofre as consequências dos trilhões desperdiçados” (MÉSZÁROS, 2002, p. 801).

Mészáros (2002) apesar de não vivenciar a realidade pandêmica que em cenário de crise estrutural agrava ainda mais as desigualdades, fornece pistas para entendimento da atualidade da problemática do funcionamento do capitalismo profundamente destrutivo para a vida humana e a própria natureza repercutindo, portanto, na realidade brasileira em situação de crise sanitária. A crise segundo Mézaros (2002) seria diferente das demais cíclicas vivenciadas ao longo da história do sistema do capital, tendo em vista sua processualidade incontrolável, profundamente destrutiva e estrutural. Deve-se considerar que historicamente, diante do cenário de crise, o capital orchestra um conjunto de estratégias econômicas, políticas e ideológicas para recompor suas taxas de lucro e estender seu dinamismo (MÉSZÁROS, 2002).

As estratégias do capital ganham destaque nos ideais neoliberais, cujo “remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas” (ANDERSON, 1995, p.11). A contrarreforma do Estado (BEHRING, 2008) explica-se, também, em virtude do atual período do capitalismo marcado por uma hegemonia do capital financeiro e dos setores a ele ligados, que mobilizam estratégias econômicas e políticas que atendam as necessidades de reprodução do capital nesse período histórico.

O Estado reformado, configura-se como “Estado mínimo para o social e máximo para o capital”, para assegurar liberdade de movimento para o capital financeiro e as contrarreformas que asseguram maior grau de exploração da força de trabalho e expropriação de direitos dos trabalhadores. Desde os anos 1980, que a propalada crise fiscal do Estado brasileiro, vem sendo utilizada como justificativa para o contingenciamento no orçamento público visando atrair a confiança de investidores externos que exigem a prioridade de direcionamento do fundo público para o pagamento dos juros e serviços da dívida pública, tendo por consequência direta os cortes de investimentos nas áreas sociais.

Cenário que vem sendo cada vez mais acentuado, posto que: “A política de austeridade fiscal, iniciada por Fernando Henrique Cardoso e mantida pelo governo Lula, faz parte de um conjunto de medidas adotadas – advindas do receituário neoliberal – preconizadas pelas agências financeiras internacionais”. (STICOVSKY, 2010, p. 148-149).

Sticovsky (2010) cita, ainda, a austeridade fiscal no Brasil sob a influência do neoliberalismo, concebida nos anos 1980 e adotada pelo governo Color, na gestão do

presidente Itamar Franco (PMDB), com a implantação do Plano Real, e aprofundada no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). O Plano Real, segundo Salvador (2017a), possuía um tripé baseado em: a) uma política monetária com altas taxas de juros; b) política de câmbio sem controle para entrada de investimentos estrangeiros – permitindo entrada e saída de divisas e; c) uma política fiscal, que se ancora no superávit primário, isto é, o resultado positivo entre as despesas e as receitas do governo, sem contabilizar os juros da dívida.

Em 1999, por imposição do Fundo Monetário Internacional, foram implantadas metas de superávits para garantir o pagamento dos juros da dívida, no quadro de compromissos com a estabilidade econômica e as contrarreformas do Estado. Sendo assim, a política fiscal passou a ser direcionada à solução do endividamento público, para controle dos elevados índices inflacionários e como medida de superação da estagnação econômica dos países de baixo desenvolvimento. Dessa forma, o receituário neoliberal consistia na centralidade da estabilidade monetária colocada como a meta suprema de qualquer governo “para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego”. (ANDERSON, 1995, p.10-11)

O endividamento dos Estados nacionais por meio da dívida pública, nesse contexto de crise estrutural, desempenha um papel fundamental para permitir o funcionamento da lógica de acumulação, beneficiar a burguesia financeira e colocar o ônus da dívida na classe trabalhadora que está pagando “via imposição de um ajuste fiscal que restringe direitos, contribui para o aumento do desemprego e precariza as condições de vida” (BRETTAS, 2012, p. 115).

Assim, a dívida é uma forma de usurpar os valores produzidos pela classe trabalhadora para apropriação privada numa estratégia de garantir a reprodução do capital. E enquanto se prioriza o pagamento dos juros e serviços de rolagem da dívida, nota-se o contingenciamento e a retração no investimento das políticas sociais, absolutamente essenciais para garantia de sobrevivência e melhores condições de vida e trabalho para a classe trabalhadora. Verifica-se, com isso as disputas de classe que perpassam o fundo público¹, sobretudo em relação à formulação e a destinação do mesmo no orçamento público - sua parte visível, conforme Salvador (2012). Dessa forma, o contingenciamento dos recursos públicos para garantia de direitos de seguridade e

¹ Obtido por meio de impostos, taxas e contribuições, bem como da mais-valia proveniente da riqueza produzida socialmente.

outras áreas de bem estar social, concorre de forma desigual com o pagamento dos juros da dívida e a geração do superávit primário em benefício do capital portador de juros, revelando a natureza do ajuste fiscal, enquanto uma das estratégias do capital orientadas pelos organismos internacionais² e desenvolvidas pelo Estado em cenário de crise, com vistas a garantir o pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida (SALVADOR, 2017).

Essas medidas de ajuste fiscal seguiram sendo implantadas desde FHC por sucessivos governos que atravessaram o Palácio de Planalto, inclusive os governos petistas (2004-2016) que, apesar de terem contribuído com políticas e programas sociais que conseguiram reduzir os níveis de pobreza no país, seguiram com a priorização da dívida pública.

No período mais recente, após o golpe de 2016, que tirou o mandato presidencial legítimo da presidenta Dilma e colocou no poder Michel Temer, acentua-se a política de austeridade. Nesse momento destaca-se a continuidade de realização do superávit primário como indicador importante para os rentistas e a maior captura do fundo público para o pagamento da dívida pública. Isso tudo aliado ao congelamento e à redução de gastos sociais da EC 95 instituindo o NRF, que impede a vinculação dos recursos para as políticas sociais nos moldes desenhados na Constituição Federal de 1988, ao congelar as chamadas despesas primárias do governo (exceto as despesas financeiras com o pagamento de juros da dívida) por vinte anos, limitando-se a correção pela inflação.

Salvador (2020) salienta tratar-se, sobretudo a partir da chegada do presidente Temer ao poder, de um “recrudescimento da ofensiva do capital, voltando com carga a ortodoxia neoliberal com brutal corte de direitos sociais, sobretudo, no campo do financiamento das políticas públicas” (SALVADOR, 2020, p.4-5).

Apesar do cenário dramático que já se apontava com a radicalidade neoliberal de Temer, em 2018, a extrema direita com traços fascistas se elege ao poder Executivo, com apoio de frações da burguesia nacional e internacional, contando com uma base social caracterizada pela disseminação do ódio e de ataques à democracia. Este quadro se agravou em 2019, com o comando econômico do governo Bolsonaro orientado pela política de austeridade fiscal e de aprofundamento das contrarreformas do Estado.

² A condução política do pós-Segunda Guerra Mundial, no cenário internacional, com o regime econômico internacional estabelecido pelos acordos de Bretton Woods, contribuiu para o ressurgimento das ideias liberais elaborando novas regras do jogo que devia reger o funcionamento da reconstituída economia mundial e a criação de organismos internacionais que garantam sua vigência, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). (SADER; GENTILI, 1995).

3.2 Pandemia, ajuste fiscal e desigualdades regionais

No contexto de ajuste fiscal estrutural, com os impactos da EC 95 e do governo de extrema direita, as políticas sociais sofrem ano após ano mais diminuição orçamentária, chegando no cenário pandêmico de 2020 com investimentos cada vez mais escassos, como aponta o documento “O Brasil com baixa imunidade”, produzido pelo INESC (2020) com análise do orçamento de 2019: “A pandemia apenas evidencia o que muitos estão apontando há anos: a escolha pela manutenção do Teto de Gastos e da austeridade fiscal tem como consequência direta a penalização dos mais vulneráveis da sociedade”. (INESC, 2020, p. 48).

Assim, verifica-se uma tendência de agravamento das expressões da questão social³, sendo mais latente o aumento da desigualdade social com o agravamento da pobreza. O processo de ajuste fiscal estrutural, ao forçar ao máximo desinvestimento público na área social, deixou o Estado de “calças curtas” diante do agravamento da pandemia. O novo cenário obrigou o Estado a romper com a radicalidade da austeridade orçamentária no país e recompor suas capacidades de intervenção social com medidas emergenciais e estruturantes, devido às necessidades urgentes de garantir as condições mínimas para proteção da população contra o vírus.

O Estado tinha que agir de forma decisiva para a manutenção da renda, o acesso à alimentação adequada para subsistência, a manutenção da moradia ou acesso a abrigos e o abastecimento de água e energia, considerados mínimos para garantir o distanciamento social.

O setor empresarial, sobretudo pequeno e médio porte, também requeria medidas extraordinárias para manutenção das atividades e dos postos de trabalho. O enfrentamento à emergência sanitária em um sistema de saúde colapsado requeria a manutenção e a ampliação do quadro de profissionais, a aquisição de equipamentos e medicamentos e a urgente ampliação de leitos hospitalares. Como aponta relatório do INESC (2020) analisando o orçamento público de 2019, ano anterior a pandemia, já evidenciando as lacunas orçamentárias referentes ao financiamento da saúde pública brasileira que possuía

³ “[...] diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos”. (IAMAMOTO, 2001, p. 17).

em 2019 um orçamento 4,46% menor do que o de 2018, em um país que teria que lidar com uma pandemia no ano seguinte.

Diante desse cenário, para destravar o Estado, o Congresso Nacional teve que aprovar, em 7 de maio de 2020, a Emenda Constitucional 106 (EC 106) que instituiu o Regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia para atender às necessidades dele decorrentes (BRASIL, 2020).

A alteração constitucional possibilitou a aprovação do auxílio emergencial para trabalhadores/as desempregados, trabalhadores informais e beneficiários do Programa Bolsa Família. No entanto, conforme os estudos do INESC (2020), os recursos orçamentários em 2019 já estavam aquém do necessário para fazer frente à calamidade sanitária, social e econômica que o país atravessava, de forma que, além da classe trabalhadora brasileira ter que enfrentar as consequências objetivas do desfinanciamento das políticas sociais, passou a sofrer mais diretamente os impactos da pandemia diante de suas carências materiais e financeiras que limitavam e impediam o cumprimento do distanciamento social.

A desigualdade que se agudiza associada ao cenário de austeridade como também de pandemia, adquire contornos ainda mais graves a partir das desigualdades regionais existentes no país, que se explica a partir da formação sócio-histórica nacional no contexto de expansão capitalista, pelo processo de desenvolvimento desigual e combinado entre os países centrais e os periféricos, com rebatimentos internos, acarretando assimetrias entre as regiões. Uma leitura possível a partir das contribuições fornecidas por Francisco de Oliveira (1977) a partir de um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume em um determinado *locus*/espaço, na estrutura de classes peculiar a essa forma de acumulação e também nas formas da luta de classes e conflito que a perpassam.

Esse quadro é nítido na Região Nordeste aonde, desde o século XIX, vinha se agravando a letargia de seu setor produtivo, tendo ficado evidente os contornos da questão regional em meados do século XX, no contexto da modernização com base na industrialização centrada no Centro Sul do país, amplificando as desigualdades regionais: “Pressupõe-se, portanto, que os nordestinos não se beneficiaram do desenvolvimento econômico nacional desta fase, implicando no acirramento das desigualdades sociais que, a partir daí, passam a ser muito mais acentuadas nesta região que nas demais do país” (SANTOS, 2012, p. 252).

Dessa forma, é necessário analisar a relação entre o aprofundamento do ajuste fiscal e a radicalização de medidas neoliberais com restrições nas destinações orçamentárias para as políticas sociais, considerando o contexto de emergência social e sanitária da Pandemia, com o agravamento das condições de pobreza e desigualdade no país, conforme disposto a seguir.

3 EXPRESSÕES REGIONAIS DAS INIQUIDADES SOCIAIS DO AJUSTE FISCAL

A pandemia escancara a realidade da crise social brasileira, aprofundada pelo receituário neoliberal com as medidas de ajuste fiscal, de modo que a austeridade implicou no aumento da desigualdade social que adquiriu contornos dramáticos durante a pandemia (OXFAM, 2022), colocando milhões de brasileiros diante do trágico dilema de “escolher entre morrer de fome ou morrer do vírus”. Neste item será realizada uma análise de dados que permitem verificar como o ajuste fiscal implicou no agravamento da pobreza e da desigualdade do país e no Rio Grande do Norte.

A análise do orçamento público contempla o estudo mais recente publicado pelo INESC que contém uma síntese dos gastos orçamentários da União do ano de 2021, um balanço dos três anos do governo Bolsonaro (2019 a 2021) e uma análise de tendências para o ano de 2022. O Instituto considera a garantia dos direitos humanos e a responsabilidade do Estado em garanti-los, entendendo que a política fiscal deve estar subordinada aos direitos humanos e não o contrário, como vem acontecendo nos últimos anos no Brasil. (INESC, 2022).

Entre 2020 e 2021 houve grande descompasso no orçamento para enfrentamento da pandemia tendo em vista que enquanto o número de mortes causado pela Covid-19 aumentou em 117,5%, os recursos para enfrentamento da pandemia caíram 78,8%. Tal diminuição em 2021 rebateu no Auxílio Emergencial que teve recursos cortados em 81%, além de impactar nas demais medidas que haviam sido implantadas em 2020, como as de apoio a empresas e manutenção de empregos e para o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus que sofreram cortes ainda maiores, conforme o INESC (2022).

No caso do Benefício Emergencial de Manutenção de Emprego e Renda e o Apoio a Micro e Pequenas Empresas, ações importantes no cenário de desemprego no país, tiveram cortes significativos. Já o Auxílio a Estados e Municípios, essencial para que os entes federados pudessem ter condições de lidar com as consequências da pandemia, simplesmente não houve destinação orçamentária em 2021. Destaca-se a variação

negativa em relação aos recursos orçamentários destinados à função saúde⁴, no momento em que o país ainda vivenciava um grave cenário pandêmico e, portanto, necessitava de maiores investimentos na área.

Dessa forma, pode-se apreender que os efeitos do desinvestimento foram à elevação da transmissão e da mortalidade pela COVID-19 e o agravamento das condições de pobreza e desigualdade social. Os claros sinais de aumento da pobreza extrema e da desigualdade social que estão associados ao cenário de austeridade fiscal adotado no Brasil, adquirem contornos ainda mais graves durante a pandemia. Alguns indicadores revelam com maior nitidez as “negações” de acesso - ao trabalho, à renda e ao alimento - às quais está submetida grande parte da população brasileira e que se agudizam na realidade regional e no estado do Rio Grande do Norte, conforme será analisado a seguir.

a) Sem trabalho

O homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho
E sem o seu trabalho
Um homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata
Não dá pra ser feliz

Um homem também chora – Gonzaguinha

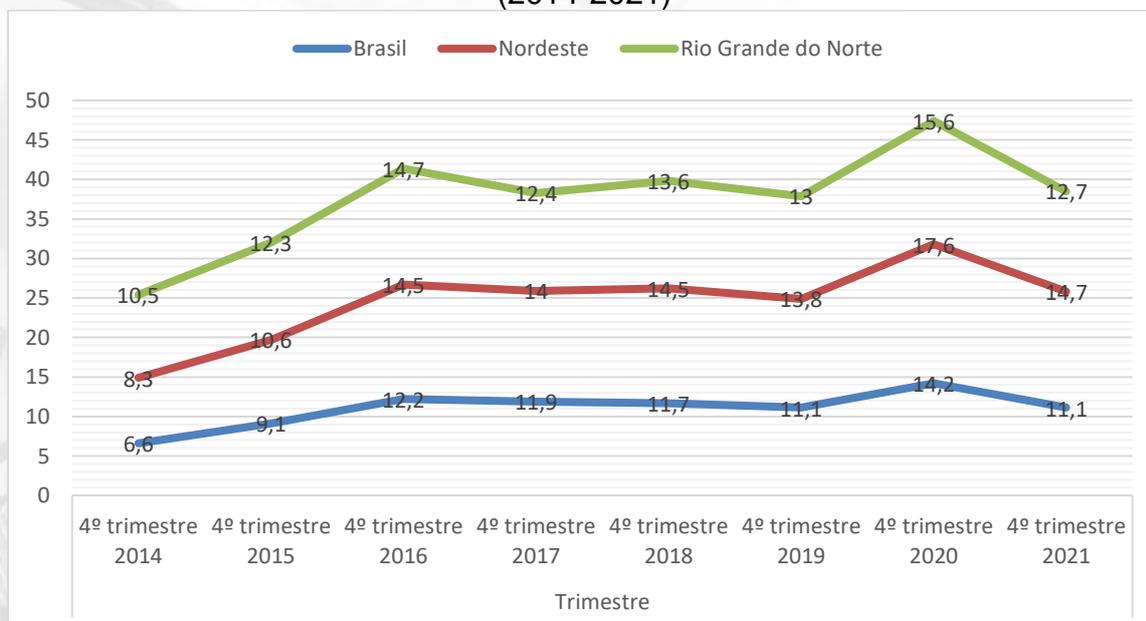
O trabalho que permite o ser social transformar a natureza e a si mesmo para atendimento de uma necessidade (Marx, 2012) colabora para o processo de humanização e para a partir daí pensar-se em satisfazer outras dimensões da vida humana como a literatura, a arte e a ciência. Mas o capitalismo e o avanço da precarização das condições de trabalho acometem milhões de trabalhadores castrando até mesmo a possibilidade de auferir renda para satisfazer suas necessidades básicas, e “sem o seu trabalho/Um homem não tem honra/ E sem a sua honra/Não dá pra ser feliz “.

Nessa discussão sobre não acesso ao trabalho e avanço do desemprego, o IBGE auxilia na compressão ao possuir o indicador clássico nos estudos sobre desigualdade, a taxa de desocupação que é conhecida popularmente como desemprego, incluindo as pessoas sem trabalho, que procuram trabalho e os que estão disponíveis para começar a

⁴ Conforme a análise do INESC (2022), em 2021, a execução financeira da função saúde totalizou R\$ 182,2 bilhões, valor menor do que foi executado em 2020, de R\$ 183,5 bilhões.

trabalhar imediatamente, segundo definição do próprio IBGE. De acordo com os dados da PNAD Contínua⁵, a taxa de desocupação estava bastante elevada no quarto trimestre (4T) da série de anos analisada, conforme a figura 01.

Figura 01 – Evolução da taxa de desocupação do Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte (2014-2021)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD Contínua); Elaboração própria. (2023)

Importante chamar atenção no 4T de 2014, em que a taxa de desocupação do RN consistia em 10,5%, enquanto a taxa do Brasil atingiu 6,6%, uma diferença que chega a atingir 3,9 pontos percentuais (p.p). Essa taxa elevada do RN e a distância da média da região nordeste em relação ao Brasil, além de indicar particularidades regionais do mercado de trabalho, expressam a permanência das desigualdades regionais que será agravada ainda mais nos anos posteriores com a crise econômica associada ao ajuste fiscal, provocando o crescimento do desemprego. Destaque também para o 4T de 2016, em que a taxa de desocupação de ambos chegou aos maiores pontos percentuais no período analisado, apresentando 12,2% no Brasil, 14,5% no Nordeste e o RN com 14,7%.

Dessa maneira, percebe-se que houve um aumento de 3,1% na taxa de desocupação do RN de 2014 a 2018 e dentro dessa série histórica o Estado sempre apresentou números superiores à média nacional. Isto significa que a incidência do ajuste no país, adotado de modo mais incisivo a partir de 2015, comprometeu efetivamente a

⁵ Os dados da PNAD Contínua aqui citados foram obtidos no Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com acesso público em <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>

capacidade de atuação do Estado e o seu papel de indutor de investimentos que geram oportunidades de trabalho e ampliação da massa salarial.

O fato é que o desemprego, que já acometia um contingente significativo de brasileiros no cenário pré-pandêmico, passa a ser ainda mais agravado em virtude da crise sanitária, conforme pode ser visto na figura 01. O primeiro ano da pandemia afetou significativamente a classe trabalhadora com a eliminação de postos de trabalho e com a queda da renda, sendo tal situação agravada pela letargia do Governo Bolsonaro em adotar medidas emergenciais consistentes. Este cenário foi ainda mais grave na Região Nordeste e no Rio Grande do Norte – que possuem índices maiores que a média nacional, indicando o agravamento das desigualdades regionais no país. Na sequência, em 2021 houve um arrefecimento com pequena queda nas taxas de desocupação podendo expressar as medidas de contenção de fechamento de empresas e de manutenção de postos de trabalho e o próprio auxílio emergencial que contribuiu para as pessoas terem uma renda mínima, embora insuficiente, diante das necessidades.

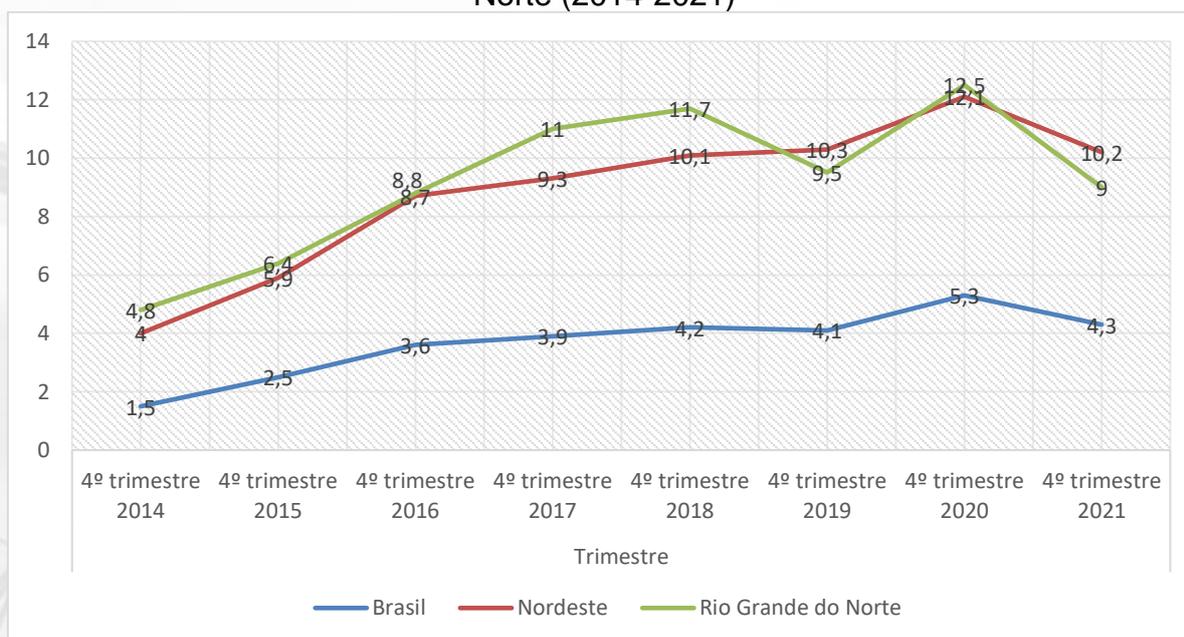
Essa realidade do acesso ao trabalho de forma precarizada ou insuficiente diante das necessidades objetivas e reais dos trabalhadores também possui outra face, ainda mais degradante, por tratar-se da condição de milhões de pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém pararam de procurar trabalho por acharem que não mais encontrariam, conforme definição utilizada pelo IBGE para realização de pesquisas no país⁶.

O agravamento do desalento no país pode ser expresso nos dados que constam na figura 02, em relação ao percentual de pessoas na força de trabalho nessa condição no Brasil, no Nordeste e no Rio Grande do Norte.

Percebe-se que essa realidade em 2014 no Brasil acometia 1,5% da população brasileira, aumentando ano após ano, atingindo o patamar de 4,2% em 2018. As desigualdades regionais expressam-se mais uma vez na análise dos indicadores ao constatar-se que essa realidade já bastante agravada em nível nacional adquire contornos ainda acentuados na realidade nordestina e potiguar, visto que, em 2019, o desalento atingia uma taxa de 9,5% na Região Nordeste e 10,3% no estado do Rio Grande do Norte.

⁶ Os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam. Vários são os motivos que levam as pessoas a desistirem de procurar trabalho, entre eles: não encontrar trabalho na localidade, não conseguir trabalho adequado, não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso, ou não ter experiência profissional ou qualificação. Disponível em: IBGE EXPLICA DESEMPREGO <[Desemprego | IBGE](#) [Desemprego | IBGE](#)> . Acesso em 22 de maio de 2023.

Figura 02 – Percentual de pessoas desalentadas no Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte (2014-2021)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD Contínua); Elaboração própria. (2023)

A incidência do ajuste também atinge outras dimensões da vida social, considerando que a retração da atuação do Estado afeta tanto o financiamento das políticas sociais quanto a capacidade de investimento na economia visando gerar empregos. Dessa forma, compromete o próprio rendimento salarial e o poder de consumo das famílias, que será abordado a seguir.

b) Sem renda

O preço do feijão
não cabe no poema.

O preço do arroz
não cabe no poema.

[...]

Como não cabe no poema o operário
que esmerila seu dia de aço e carvão
nas oficinas escuras

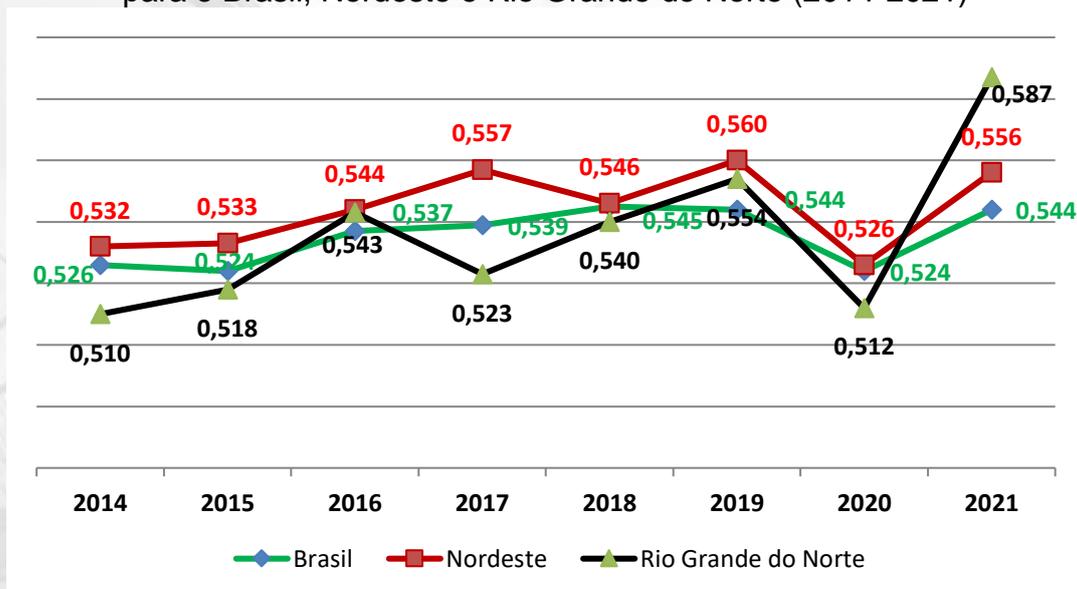
Não há vagas – Ferreira Gullar

Com o aumento do desemprego e do desalento na realidade brasileira há um impacto direto em relação a não garantia de renda, muitas vezes insuficiente para suprir itens essenciais. Assim que o feijão não vai cabendo no poema nem na lista de compras de milhares de brasileiros e brasileiras. Nesse contexto, apesar do propalado argumento sobre a necessidade imperiosa de conter a crise fiscal do Estado, justificando maiores

sacrifícios da sociedade, as medidas de ajuste fiscal reproduzem as condições de concentração e da acumulação da renda e da riqueza em benefício da classe detentora do capital.

Conforme a figura 03, o índice de *Gini*, medido com base no rendimento domiciliar per capita, vinha crescendo no período pré-pandêmico desde 2015.

Figura 03 – Índice de *Gini* do rendimento domiciliar per capita, a preços médios do ano para o Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte (2014-2021)



Fonte: IBGE (2023). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Elaboração própria.

Em 2020, com o auxílio emergencial, há uma queda no índice, ficando no patamar de 2014 e, com a redução do valor e da cobertura do auxílio em 2021, revelou-se o patamar da elevada desigualdade social no Brasil. No caso da Região Nordeste e do estado do Rio Grande do Norte, o aumento da concentração da renda foi ainda maior. Na medida em que houve o agravamento da Pandemia da Covid-19 foi se revelando um movimento que vinha já se consolidando de piora nas condições de vida das parcelas mais pobres da população brasileira.

Com base nos dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é possível verificar o aumento da quantidade de pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza⁷ no estado do Rio Grande do Norte, entre dezembro de 2019 e dezembro de 2022, conforme a figura 04.

⁷ A partir de junho de 2018, no CadÚnico, a faixa considerada de renda *per capita* para extrema pobreza era de até R\$ 89,00 e para a pobreza variava de R\$ 89,01 a R\$ 178,00.

Figura 04 – Quantidade de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza no RN inscritas no Cadastro único (2019-2022)



Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI. Plataforma Vis DATA 3. (dez/2022);

Uma análise completa dos dados mostra o agravamento do empobrecimento das pessoas no Rio Grande do Norte, considerando que no período analisado, mais de 200 mil pessoas ingressaram ou retornaram à situação de pobreza extrema no estado, o que representa uma variação de 20,4%. Muitas dessas pessoas cadastradas no CadÚnico deixaram a faixa de pobreza e passaram a engrossar a faixa da extrema pobreza.

O desemprego agravado na pandemia fez emergir um maior contingente de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, contribuindo para a degradação das condições de vida da população brasileira, sendo uma das facetas dessa piora, a condição da insegurança alimentar, que em seu grau mais elevado significa a fome, a expressão mais nefasta da pobreza, pois se trata do limiar da sobrevivência humana, conforme analisado a seguir.

c) Sem comida

Somos muitos Severinos
iguais em tudo na vida:
[...]
E se somos Severinos
morremos de morte igual,
mesma morte severina:
que é a morte de que se morre

de velhice antes dos trinta,
de emboscada antes dos vinte,
de fome um pouco por dia
(de fraqueza e de doença
é que a morte severina
ataca em qualquer idade,
e até gente não nascida).

Morte e Vida Severina - João Cabral de Melo Neto

A Morte e vida Severina que marca uma realidade de carência e falta de acesso seguro e protegido ao mercado de trabalho que aparentava ter ficado num passado retoma com força no período de crise sanitária e econômica. Assim que para identificar a morte “de fome um pouco por dia” como alude João Cabral de Melo Neto na piora da condição da insegurança alimentar no Brasil no período da Pandemia, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – RBPSSAN, realizou em 2020, um Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Os dados fornecidos em tal estudo mostraram que, do total de 211,7 milhões de brasileiros/as, 116,8 milhões conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente e 19 milhões enfrentavam a fome cotidiana (RBPSSAN, 2021).

Essa piora nas condições de insegurança alimentar no Brasil já havia sido apontada na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizada pelo IBGE em 2017/2018 (IBGE, 2020), indiciando o retorno do Brasil ao “Mapa da Fome” elaborado pela FAO/ONU.

Já no Inquérito da Rede RBPSSAN, destacam-se dois elementos importantes: o fato de que apenas 44,8% da população brasileira estava em condições de segurança alimentar (SA) em 2020 e que houve um aumento expressivo da insegurança alimentar grave que confirmou a volta da fome no Brasil. Dessa forma, o país retrocedeu a uma realidade que havia sido já superada, de modo que o índice de 9% da população em insegurança alimentar grave estava no mesmo patamar de 2004, mais de 17 anos atrás, exatamente quando o país tinha iniciado um conjunto de medidas para o combate da fome e redução da pobreza extrema. Esse conjunto de medidas adotadas pelos governos petistas à frente do Executivo nesse marco temporal contribuiu para reduzir os níveis da pobreza extrema no Brasil, resultando na saída do país do mapa da fome elaborado pela FAO/ONU (2014).

O relatório da Rede RBPSSAN (2021) destaca que, considerando o perfil da pessoa de referência da família, a insegurança alimentar grave era seis vezes maior quando esta pessoa estava desempregada, e quatro vezes maior entre aquelas com trabalho informal,

quando comparadas com as que contavam com algum tipo de trabalho formal. Nesse sentido, destaca-se a determinação direta que envolve o acesso ao trabalho, a garantia de renda e conseqüentemente de alimentação, tendo assim o aumento do desemprego no Brasil um impacto profundo na elevação dos índices de insegurança alimentar. A pesquisa (RBPSSAN, 2021) revelou que a perda de emprego de algum (a) morador (a) e o endividamento da família são as duas condições que mais impactaram o acesso aos alimentos no período pesquisado.

Além do aumento das taxas de desocupação e da queda da renda obtida no trabalho, as desigualdades regionais são determinantes nesse processo de agravamento da insegurança alimentar. O Inquérito realizado pela RBPSSAN em 2020 possibilita a análise da insegurança alimentar em nível regional, na qual destaca-se o agravamento dessa situação nas regiões Norte e Nordeste, com 63,1% e 71,9% da população em insegurança alimentar (somando a leve, moderada e grave), respectivamente (REPSSAN, 2021).

A correlação entre perda de emprego, endividamento e acesso a alimentos também se expressa no estudo mais recente publicado pela Rede, que continua esse importante esforço de mapeamento e publicização de dados referentes a segurança alimentar no país, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (RBPSSAN, 2022). Nos dados do estudo é possível perceber que a Segurança alimentar foi maior apenas nos domicílios com responsáveis em situações de trabalho com emprego formal que consistia em 53,8%. A Insegurança alimentar grave que representa concretamente a fome teve maior índice nos domicílios que a pessoa de referência estava desempregada (36,1%) ou quando tinha trabalho como agricultor/a familiar ou produtor/a rural (22,4%). Assim, mais de um terço dos domicílios com chefes desempregados enfrentava a fome, e mais da metade deles estava com dificuldades para se alimentar adequadamente, em situação de IA grave ou moderada.

Em termos populacionais gerais, são 125,2 milhões de pessoas residentes em domicílios com Insegurança Alimentar e mais de 33 milhões de brasileiros em situação de fome (IA grave). Em termos geográficos, 25,7% das famílias em IA grave residem na região Norte e 21,0% na região Nordeste (RBPSSAN, 2022), demonstrando novamente o quão grave se torna a situação da fome nas regiões que sofrem secularmente com a desigualdade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo dedicou-se a analisar as implicações das medidas de austeridade fiscal no Brasil e seus rebatimentos para o agravamento das condições de pobreza e desigualdade social no Rio Grande do Norte, considerando o contexto nacional no período de 2014 a 2021. A partir de tal questão foi possível vislumbrar o quanto o ajuste fiscal estrutural implicou na limitação da atuação do Estado com redução nos investimentos em políticas sociais que deveriam garantir as condições dignas de sobrevivência da parcela mais vulnerável da população na Pandemia da Covid-19.

O estudo demonstra que no cenário pré-pandêmico já vinha se aprofundando uma crise socioeconômica em um contexto de instabilidade institucional no país, restringindo a capacidade de intervenção estatal. Assim, no cenário da pandemia, visualizamos os impactos da radicalização do ajuste fiscal estrutural que restringiu as destinações orçamentárias, contribuindo para o agravamento das condições sanitárias e de pobreza e desigualdade social, sobretudo com o aumento do desemprego, a queda da renda das classes empobrecidas e a explosão da fome no país.

Tal realidade reafirma a importância da destinação do fundo público para garantia de assistência e bem estar da população, bem como na dinamização econômica, impactando na geração de emprego e na garantia de renda. De modo contrário, a austeridade fiscal atende as demandas do capital financeiro parasitário, mantendo os elevados gastos com os juros e serviços da dívida pública, impactando na elevação do desemprego e na queda da renda que estão diretamente relacionados à elevação dos índices de insegurança alimentar.

O aguçamento desses indicadores sociais ocorre nas regiões que acumulam déficits históricos e estruturais, decorrente das desigualdades regionais, como é o caso da Região Nordeste e do Estado do Rio Grande do Norte, conforme demonstrado com o aumento das taxas de desemprego, a queda da renda – acompanhada da concentração da riqueza - e o aumento da insegurança alimentar, durante o período pandêmico.

De todo o exposto, conclui-se que o aviltamento das condições de vida e trabalho das parcelas empobrecidas no Nordeste e no RN a partir de 2020, não decorre tão somente da eclosão de uma Pandemia inusitada, mas das opções e decisões de governos no período pré-pandêmico, vislumbrando os interesses do capital financeiro, deixando a população sem a proteção rápida e adequada na emergência sanitária. Muitas das vidas perdidas se devem, portanto, a esse “papel civilizatório para o grande capital no Nordeste;

ali, como em todas as outras partes do Brasil, é ele a opressão, o obscurantismo, a negação do futuro” (OLIVEIRA, 1977, p.17).

No entanto, não se trata de um fatalismo histórico, pois “não há desgraça sem graça, nem cara que não tenha sua coroa, nem desalento que não busque seu alento. Nem tampouco há escola que não encontre sua contraescola”. (GALEANO, 1998, p.17). Se a escola do capital aprofunda a desigualdade social, a pobreza e a desesperança, também há sinais de resistência e de reação ativa nas lutas populares por um fundo público a serviço da classe trabalhadora, com investimentos sociais que garantam renda, dignidade e esperança para o povo brasileiro, nordestino e norte rio-grandense.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs.) **Post-neoliberalism: social policies and the Democratic state**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**. Desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. [Emenda Constitucional nº 106, de 7 de maio de 2020. \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emenda/Emc106.htm). Institui regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para enfrentamento de calamidade pública nacional decorrente de pandemia. Brasília, 2020.

BRETTAS, T. Dívida pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. In: SALVADOR, E. et al. (Orgs.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012.p.93-120.

CHESNAIS, F. A originalidade da crise econômica e sanitária da Covid-19. **A terra é redonda**, 2019. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/a-originalidade-da-crise-economica-e-sanitaria-da-covid-19/>>. Acesso em: 18 março 2020.

FAO, FIDA e PMA. **O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo**, 2014. Fortalecimento de um ambiente favorável para a segurança alimentar e nutrição. Roma, FAO, 2014. Available at: accessed 23 Apr. 2021

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. São Paulo: Folha de São Paulo, 1994. Available at: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/7/03/mais/10.html>> . accessed April 22, 2021.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

GALEANO, E. **De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre: L&PM, 1998.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **POF 2017-2018**: proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28896-pof-2017-2018-proporcao-de-domicilios-com-seguranca-alimentar-fica-abaixo-do-resultado-de-2004> Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego na pandemia atinge maior patamar em agosto**. Disponível em: <IBGE: unemployment in the pandemic reaches a higher level in August | Agência Brasil (ebc.com.br)>. Acesso em: 24 de maio de 2023.

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos. **O Brasil com baixa imunidade**: Balanço do Orçamento Geral da União em 2019. Brasília: 2020.

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômicos. **A Conta do Desmonte** – Balanço Geral do Orçamento da União. Brasília, 2022.

MARX, K. O processo de trabalho e o processo de valorização. In: _____. O Capital: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 335-352

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, F de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OXFAM. **A Desigualdade Mata**. A incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da Covid-19. Relatório. Oxford, Reino unido: Oxfam Internacional, 2022.

RBPSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil - Vigisan**. Brasil, 2021.

RBPSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – II Vigisan**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 1, p. 116 - 128, jan./jul. 2012.

SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p 9-23

SALVADOR, E. Fundo Público e Financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista** (Online), v. 14, p. 4-22, 2012.

SALVADOR, E. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. In: **Revista Serviço social e sociedade**. n.130,p.426-446, set/dez. 2017.

SALVADOR, E. A desvinculamentação dos recursos orçamentários em tempos de ajuste fiscal. In: **Revista Advir**. Revista da Associação dos docentes da Universidade do estado do Rio de Janeiro. n. 36 (jul. 2017). Rio de Janeiro: Asduerj, 2017a.

SALVADOR, E. Disputa do fundo público em tempos de pandemia no Brasil. **Textos & Contextos** Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 1-15, jul.-dez. 2020.

SANTOS, J. S. et all. "Questão social" no Brasil: o Nordeste e a atualidade da Questão Regional. **Temporalis**, v. 12 n. 24 (2012).

SIQUEIRA, L. de S. **Pobreza e Serviço Social**: diferentes concepções e compromissos políticos. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

STICOVSKY, M. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, A. E. (Org.). **O Mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA e SILVA, L. **Estratégias para análise de subnotificações de mortalidade em epidemias ocorridas nos países em desenvolvimento**: um estudo de caso da COVID-19 no Brasil. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
